



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2014
4. REQ. N. 1937/14, DATADO DE 19/12/2014 – PC N.º 441/14, DATADO DE 19/12/2014 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO E MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES
5. REQ. N. 1863/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 307/14, DATADO DE 10/09/2014 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
6. REQ. N. 1866/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 133/14, DATADO DE 29/04/2014 – MÁRIO RUI BARREIROS

7. REQ. N. 1915/14, DATADO DE 26/12/2014 – PC N.º 19/14, DATADO DE 21/01/2014
– MÁRIO FELISMINO GASPAR
8. REQ. N. 1687/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 388/14, DATADO DE
04/11/2014 – ANABELA PEREIRA COELHO
9. REQ. N. 1957/14, DATADO DE 26/12/2014– PC N.º 444/14, DATADO DE
26/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
10. REQ. N. 1975/14, DATADO DE 31/12/2014– PC N.º 448/14, DATADO DE 31/12/2014
– LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
11. REQ. N. 1976/14, DATADO DE 31/12/2014– PC N.º 449/14, DATADO DE 31/12/2014
– LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
12. REQ. N. 1977/14, DATADO DE 31/12/2014– PC N.º 449/14, DATADO DE 31/12/2014
– LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
13. E/9401/2014 – ENVIO DE INFORMAÇÃO RELATIVA À RECLAMAÇÃO
APRESENTADA PELO MUNÍCIPE SR. PEDRO ROSÁRIO SOBRE O RESTAURANTE
MONTE GRANDE, SITO NA RUA DO FAGUNDO – MARINHA GRANDE
14. E/6498/2013, DE 23/08/2013 - JÚLIO LETRA TOMAZ - PROJETO DE
INDEFERIMENTO DE PEDIDO PARA RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE PRÉDIO -
AUDIÊNCIA PRÉVIA
15. DESPACHO N.º 10/2015 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO
À PRESIDÊNCIA.
16. APROVAÇÃO DA MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PLURIANUAIS
17. ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE
2015.
18. ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA AS
COMEMORAÇÕES DO 81.º ANIVERSÁRIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO DO 18 DE
JANEIRO DE 1934 E AINDA PELA EMISSÃO DE PARECER PARA A UTILIZAÇÃO DE
FOGO DE ARTIFÍCIO OU OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS
19. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO
EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º
4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-
LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

**20. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA N.º 560, DATADA DE 3/07/2014,
RELATIVA À “ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012”.**

21. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 – D. Fernanda Cardoso Neves, residente na Rua Prof. Mello Vieira, Bloco 9, 2.º Dt.º, Marinha Grande, que pretende falar sobre o pedido de realização de obras de beneficiação da sua habitação social.

A munícipe não compareceu.

2 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que leu a sua intervenção, cujo conteúdo integral consta do documento que se anexa à presente ata (**Anexo 1**), e que refere o seguinte:

No dia 30/12/2014 foi ao cemitério de Casal Galego para visitar a campa n.º 600, onde se encontravam sepultados os seus pais, e verificou que tinha desaparecido tudo (a pedra de mármore, as duas jarras e a placa com a identificação dos corpos, também de mármore, e as próprias flores), e também já lá tinha sido sepultada outra pessoa não pertencente à sua família. Nesse mesmo dia enviou um e-mail para a Câmara.

No dia seguinte veio falar com a Chefe de Divisão responsável dos serviços do cemitério, que lhe disse que o regulamento não prevê que se informem os familiares das ações tomadas, tendo insistido, sem ir ao local, que estava lá uma placa a avisar, o que não é verdade. No fim da reunião perguntou como poderia levantar os objetos da campa, que tinham sido comprados por si, e a resposta que obteve, sem qualquer sensibilidade, foi que possivelmente tinham ido para o lixo.

No dia 02/01/2015 foi novamente ao cemitério, e um dos funcionários acompanhou-o à campa e informou-o que tinha ido tudo para o contentor. Pediu para ver a ordem de serviço, era um papel pequeno, com cerca de 1/4 de uma folha A4, com uma data e uma relação de n.ºs de sepulturas, onde constava a n.º 600, e que não tinha qualquer assinatura ou explicação do que fazer nas que estavam abandonadas, o que não era o caso da sua.

No dia 07/01/2015 recebeu um e-mail enviado pelo Sr. Vereador, com a indicação de muitos artigos, entre os quais o n.º 3 do art.º 27.º, que diz que o aviso da exumação é publicado em dois jornais da região e em editais. Mas no edital de 14/01/2013 e no e-mail que recebeu não é mencionado o n.º 2 do art. 27.º, que diz que um mês antes de terminar o período legal da inumação, os interessados são notificados com carta registada com aviso de receção, para requerer no prazo de 30 dias a exumação das ossadas.

Este e-mail também não respondia às questões que tinha colocado no e-mail de 30/12/2014, pelo que tem perguntas a fazer, para as quais pretende obter respostas:

- Quem foi o responsável que foi ao cemitério verificar as campas indicadas num papel que foi entregue ao funcionário, antes de iniciarem a demolição?
- Onde está o tal regulamento que diz que não se comunica com carta aos familiares?
- Quem ordenou que os objetos pessoais fossem deitados no lixo?
- Não o avisaram porquê? Havia nomes nas placas da campa, um era Joaquim Andrade, que é também o seu nome, porque não o encontraram? Será que é uma questão pessoal?
- Quais são os lugares de estilo para afixar os editais?
- Por considerar que o que foi feito foi uma injustiça e uma grande falta de respeito pelos restos mortais de pessoas, exige um pedido de desculpas.

O Sr. Vereador Paulo Vicente informou que logo que recebeu o e-mail do Sr. Joaquim Andrade a relatar a situação, foi aos serviços procurar documentos e no dia 06/01/2015 enviou-lhe a resposta por e-mail, que leu, e cujo conteúdo se reproduz:

*“Exm.ª Senhor:
Joaquim Andrade*

Relativamente à reclamação apresentada por V. Exa. no mail infra em virtude da reutilização da sepultura temporária n.º 600 do cemitério de Casal Galego, cumpre esclarecer:

Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, as inumações são efetuadas em sepulturas temporárias ou perpétuas.

Conforme prevê o n.º 2 do artigo 19.º do referido Regulamento, são temporárias as sepulturas destinadas a inumações de cadáveres por períodos de três anos.

O artigo 27.º do Regulamento, prevê que decorrido o prazo dos três anos, deverá ser efetuado um aviso aos interessados a conceder o prazo de 30 dias para a exumação das ossadas existentes nas sepulturas temporárias.

Em 21/05/2002, em cumprimento do disposto no artigo 23.º do Decreto n.º 48.770, de 18 de dezembro de 1968, foi emitido um aviso, a convidar todos os familiares dos falecidos inumados em sepulturas temporárias do Cemitério Municipal de Casal Galego, cujo período de inumação já tivesse decorrido (3 anos), a solicitar na Seção de Taxas e Licenças da Câmara Municipal da Marinha Grande, a exumação das respetivas ossadas. Findo o prazo estabelecido sem que os interessados tivessem promovido qualquer diligência, seria efetuada a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes.

Paralelamente, a Câmara Municipal, em 28 de junho de 2002, deliberou afetar ao uso privativo, a título perpétuo, 12 parcelas de terreno, desde a sepultura n.º 1 à sepultura n.º 917. Através do edital datado de 4 de julho de 2002, deu-se conhecimento dessa deliberação e a oportunidade a todos os interessados, para requererem a concessão do uso privativo a título perpétuo daquelas parcelas de terreno.

Em 09 de maio de 2005, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, foi dada nova possibilidade aos familiares das sepulturas localizadas nas 12 parcelas referidas, para requererem a concessão do uso privativo das sepulturas numeradas da 1 à 917, cuja concessão, àquela data, ainda não tivesse sido requerida. Deste despacho foi dada publicidade no Jornal da Marinha Grande, Tribuna e Jornal de Leiria publicados no dia 19 de maio de 2005.

Em 26 de novembro de 2009, sobre a situação da concessão das sepulturas temporárias do cemitério de Casal Galego, a Câmara Municipal deliberou, na sequência e com base nos fundamentos da deliberação tomada em 2002, afetar ao uso privativo a título perpétuo as parcelas de terreno correspondentes às sepulturas numeradas do n.º 918 até ao n.º 2206. Desta deliberação foi dada publicidade no Jornal da Marinha Grande e Jornal de Leiria.

Por despacho do Sr. Presidente datado de 14 de janeiro de 2013, foi determinado conceder 30 dias aos interessados para requererem a exumação das ossadas das sepulturas temporárias numeradas de 301 a 1000 do cemitério de Casal Galego. Findo o prazo, sem que tenha havido requerimento dos interessados, as mesmas eram consideradas abandonadas. Para o efeito, foi dada publicidade do referido despacho através de publicação de editais nos locais de estilo e no Jornal da Marinha Grande e Jornal de Leiria, na edição do dia 31 de janeiro de 2013.

Atendendo à antiguidade dos registos de inumações das sepulturas a reutilizar, não existe nos processos administrativos, informação sobre a identidade dos interessados. Por este facto e conforme determina a alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, face ao desconhecimento do paradeiro ou identidade dos interessados em

causa e pelo seu elevado número, as notificações referidas foram efetuadas através de edital publicitado nos locais de estilo e nos jornais mais lidos da região.

Nas sepulturas a reutilizar é colocada placa a mencionar a sua reutilização.

Pelo exposto, estavam reunidos os pressupostos para a reutilização da sepultura, atendendo que as inumações de Joaquim Andrade e Madalena Jesus Loureiro, ocorreram, respetivamente, em 16 de março de 1992 e 1 de maio de 1998 e os interessados não requereram, até à data da sua reutilização, a concessão do uso privativo da sepultura temporária n.º 600 do cemitério de Casal Galego.”

O **Sr. Vereador** concluiu dizendo que o procedimento adotado é o normal e que a lei permite.

O **Sr. Joaquim Andrade** protestou e pretendia intervir.

O **Sr. Presidente** não lhe concedeu a palavra, uma vez que a resposta já lhe foi dada pelo Sr. Vereador, tanto aqui na reunião como anteriormente por e-mail. Seguidamente deu por concluído o período de intervenção do público, iniciando o período de antes da ordem do dia.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos referiu o seguinte:

- ⇒ Cumprimentou todos os presentes, a quem desejou bom ano, desejando também ao executivo uma boa gestão e de feição para os munícipes, o que exige um plano que resulta de um programa, e como esteve a ler esse programa pede que o mesmo seja cumprido, nomeadamente com a construção do mercado e a execução do saneamento. Não fala da construção da piscina por saber que não há dinheiro.
- ⇒ Mercado – recordou a fiscalização da ASAE ao antigo mercado, as críticas do P.S. e o facto de agora ainda continuar a realizar-se nas tendas medievais. Apetece-lhe exclamar “construam o mercado!”. A freguesia de Vieira de Leiria tem dois mercados, um na Praia e outro na Vieira, pelo que gostava que a coligação que governa a Câmara, e que tem apoiado, fizesse obra, para que o nosso concelho seja mais “luminoso” e não sejamos considerados um concelho “escuro”.
- ⇒ Teve conhecimento da realização de uma reunião em que foi tratada a demissão com justa causa do Chefe da DCD, pelo que gostaria de saber quais os

fundamentos desta demissão, uma vez que as informações que lhe chegaram são pouco precisas e não as entendeu. Pretende apenas ser esclarecido.

- ⇒ Ao analisar o Orçamento de Estado para 2015 verificou que há uma proposta para o IMI, no seu art.º 112.º, que diz que as Câmaras Municipais podem fixar o IMI mais baixo para determinadas famílias monoparentais, nomeadamente em função do n.º de filhos. Como é uma faculdade gostava que a Câmara Municipal a pusesse em prática, em outubro, aquando da elaboração do orçamento para 2016.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Vai dar a sua visão sobre o assunto do cemitério, deixando uma sugestão, uma vez que se trata de um tema muito delicado, em que todo o cuidado é pouco, porque mexe com emoções. Parece-lhe que foram cumpridos todos os requisitos legais, mas há que ter em conta o aspeto do tratamento a dar aos munícipes pelos funcionários, até porque a Câmara não consegue controlar, pois a sensibilidade de cada um é diferente. Neste caso a Câmara pode fazer um esforço para corrigir a situação, em que houve um trato pouco cortês, inquirindo se isto se passou e se assim foi, e mesmo que não tenha acontecido, deverá dar formação às pessoas que estão nestes locais. Não é uma crítica, o que foi mal feito não se altera, mas pode-se melhorar para o futuro. Esta formação de sensibilização deverá ser constante e sistemática, especialmente a quem está a tratar diretamente com os munícipes. Não é falta de respeito mas sim de sensibilidade.
- ⇒ Solicitou, na medida do possível, que lhe seja enviada a resposta escrita aos vários requerimentos escritos que apresentou nas últimas quatro reuniões, com questões e sugestões, e aos quais ainda não obteve resposta, apenas a um ou outro pequeno ponto.
- ⇒ Anunciou que hoje vai colocar mais questões, que enviará sob a forma de requerimento escrito, e que, de uma forma sucinta, se referem aos seguintes assuntos:
- A Câmara terá oportunidade de contratar mais 7 pessoas, pelo que pretende saber quais os critérios dessa contratação e qual o critério de nomeação do júri para a seleção dessas pessoas?
 - Existem muitas queixas relativamente ao horário de funcionamento do GAM, que inicialmente tinha um horário contínuo na hora de almoço e que agora “encolheu”. Sabe que há falta de recursos humanos, mas esta é uma área muito sensível e não há razão para voltar atrás, tendo mesmo sugerido que se tomem medidas no sentido de alargar o horário, até às 18:00 horas ou mesmo até às 20:00 horas.
 - Estava anunciada a projeção de um filme para crianças no dia 31/12/2014, na Biblioteca Municipal, mas quando as pessoas lá chegaram estava encerrada

e não havia qualquer explicação. Deveria ter sido feita comunicação a alterar a agenda. Não é uma crítica, apenas uma chamada de atenção para que haja algum cuidado no tratamento para com os munícipes.

O requerimento detalhado com as questões colocadas encontra-se anexo à presente ata **(Anexo 2)**.

O **Sr. Presidente** chamou a atenção do **Sr. Vereador** para o tempo de que dispõe para a sua intervenção.

⇒ Este referiu que vai concluir, apresentando mais um esboço de proposta, cujo documento detalhado se encontra anexo à presente ata **(Anexo 3)**, e que consiste no seguinte:

- Criação de um verdadeiro Posto de Turismo nas instalações do Museu do Vidro, porque ninguém sabe se existe ou não, com sinalética adequada e com o pleno funcionamento assegurado por pessoal com competência na área. Dada a escassez de pessoal sugeriu a criação de um banco de voluntários, recorrendo, nomeadamente, aos alunos do Curso de Turismo da EPAMG.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Desejou bom ano a todos.

⇒ Sobre as campas abandonadas, lembrou que na última reunião, quando se deliberou sobre as campas abandonadas no cemitério da Marinha Grande, tinha dito que era importante perceber se os supostos proprietários tinham sido notificados e não tinham respondido, antes de se avançar para a questão do edital (embora se saiba que o edital é a figura administrativa que "torna os atos públicos"). Colocou esta questão porque pouca gente lê os editais e pode criar problemas culturais violentos como agora aconteceu com o munícipe Sr. Andrade, que foi para visitar a campa dos pais e não encontrou vestígios da lápide com os nomes e as fotos dos pais, mas sim uma outra pessoa lá sepultada.

Foi analisar o regulamento e no n.º 2 do Art.º 27 é dito que *"um mês antes de terminar o período da inumação, os interessados são notificados através de carta com aviso de recepção, para requerer no prazo de trinta dias a exumação das ossadas"*. Não duvida que a Câmara atuou em conformidade com as disposições regulamentares, pelo que, de modo a clarificar todo este processo, solicitou a apresentação da cópia do aviso de receção recebido na Câmara, que prove que o munícipe foi notificado e onde este expresse que tomou conhecimento.

⇒ Ainda no contexto dos cemitérios, questionou o que pensa fazer a Câmara, e para quando, no processo já aqui discutido do jazigo do cemitério da Marinha Grande.

O **Sr. Presidente** disse que esta questão já foi respondida, e informou que o assunto será resolvido na sequência do levantamento que está a ser feito e que ainda não terminou.

- ⇒ Sobre a proposta de exoneração do chefe de divisão Dr. Pedro Jerónimo – referiu que, como sempre que é questionado algo sobre um pelouro, é o Vereador desse pelouro que responde, gostaria de ouvir a opinião dos Vereadores do pelouro que interferem nas áreas deste chefe de divisão.
- ⇒ Novo site da Câmara - registou com agrado a iniciativa, considerando que a imagem é positiva e a forma de colocar toda a informação numa única página desdobrada é inovadora do ponto de vista da instituição pública. No entanto, e do mesmo modo que já aqui tinha comentado, é fundamental que o site esteja atualizado. Mais do que a boa imagem, o site deve ser útil a quem o consulta e sobretudo quem necessita dele, como é o caso dos munícipes. E deu um exemplo: a informação do ponto de situação das obras deve ser colocada on-line, de modo a que o munícipe ou o técnico da obra possam saber em cada momento o estado em que se encontra o seu processo. Qualquer Câmara que se preza pela inovação e transparência deve estar modernizada e acompanhar o que de melhor se faz, e neste caso são muitos os municípios que já têm a informação das obras on-line, como é o caso no site da Câmara de Leiria.
Deixou a seguinte pergunta: para quando a possibilidade da consulta dos processos de obras no site da Câmara?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** cumprimentou todos os presentes e desejou um bom ano, embora saiba que vai ser um ano muito difícil, pelo que deseja essencialmente muita saúde.

Seguidamente referiu o seguinte:

- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Andrade, manifestou o seu acordo e desacordo para com alguns Vereadores. Está de acordo com o Vereador Carlos Logrado na forma como o assunto é abordado para com os munícipes, pois tem que haver cuidado e consideração. Do ponto de vista legal tudo foi cumprido, mas se tem havido algum outro cuidado talvez as coisas não tivessem atingido estas proporções.
- ⇒ Tendas do mercado – não é a solução adequada, mas na altura foi aquela que foi encontrada pela CDU e pelo Vereador do PSD. Visto de outra perspetiva nem é assim tão mau, pois nas Caldas da Rainha o mercado até é ao ar livre. Está-se a tentar alterar para outro tipo de mercado, mas felizmente, e graças ao esforço dos vendedores, não há falta de higiene, há qualidade e a verdade é que os munícipes vão cada vez mais ao mercado.
- ⇒ Iluminação de Natal – foi modesta e aquela que foi possível.

- ⇒ Possibilidade de aplicação do art.º 112.º relativo ao IMI – se for possível fazê-lo terá sempre o seu apoio pessoal.
- ⇒ Respostas ao Sr. Vereador Carlos Logrado – já enviou algumas respostas com as *démarches* que está a tomar, à medida que vai diligenciando junto dos serviços, embora reconheça que ainda não são a resposta final.
- ⇒ Encerramento da Biblioteca – desconhecia a situação exposta mas vai ver o que se passou.
- ⇒ Sugestões – aceita-as, mas a gestão da Câmara é feita com base nos programas das forças que a governam. As sugestões válidas serão aceites e integradas na gestão.
- ⇒ Novo site – é um site à medida das necessidades, não é à medida das empresas, porque até aqui há bons e maus sites, tal como nas instituições.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas de atuação:

- ⇒ Cemitérios – conhece os funcionários, fala com eles e vai providenciar para que internamente lhes seja dada alguma formação, mas é um setor em que é muito difícil recrutar pessoas e tem que se trabalhar com os recursos que existem. Vai interpelar o coveiro sobre a situação do Sr. Andrade, uma vez que os dados de que dispõe são contraditórios.
Referiu que é preciso distinguir as sepulturas temporárias das perpétuas, pois nestas sabe-se quem são os concessionários e a Câmara tem que respeitar os seus direitos, apesar de por vezes ser muito difícil contactá-los, até porque alguns dos concessionários já lá estão sepultados e neste momento já há herdeiros, que às vezes não se sabe quem são ou onde residem.
No caso do cemitério de Casal Galego os procedimentos foram corretos, tanto que houve munícipes que vieram requerer trasladações para sepulturas perpétuas que já tinham e outros disseram que não estavam interessados.
- ⇒ Jazigo – vai haver reordenamento do cemitério, e em função disso o jazigo vai ser mudado. Pensa que o assunto se resolva em cerca de seis meses.
- ⇒ Atendimento no GAM – as pessoas ainda não utilizam os diversos modos de pagamento que têm à disposição, daí que a afluência congestionar os serviços. Por outro lado os trabalhadores do GAM têm o seu horário de trabalho e dentro dele têm que fechar a caixa e prestar contas diariamente.

- ⇒ TUMG – informou que foram alargadas as linhas, com a criação da linha roxa, já se vai à Albergaria e também foram ajustados alguns dos percursos e dos horários.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou os presentes e desejou a todos um feliz 2015, tal como já o fez publicamente.

Seguidamente referiu o seguinte:

- ⇒ Já falou com o Sr. Andrade e teve oportunidade de ler a informação do e-mail do Sr. Vice-Presidente, parecendo-lhe que, do ponto de vista legal, terá sido tudo cumprido. Mas é um assunto, que pela sua natureza, é melindroso, pelo que se deve aplicar a lei com redobrado cuidado, devendo ser esgotadas todas as possibilidades de contacto com os interessados.
- ⇒ Site da Câmara – era também um anseio seu, e este novo site é o que de melhor se faz no país, é único, pelo que pede à comunicação social que o divulgue e que incentivem as pessoas a consultá-lo.
- ⇒ Mercado – o Vereador Vítor Pereira já disse tudo, ou seja, o projeto não deve ser abandonado, pois trata-se de um anseio legítimo das populações e a Câmara deve prosseguir-lo, assim como a construção da piscina, apesar de todos os constrangimentos.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Cemitério – se alguns funcionários se portaram mal, o que duvida, será apresentado um pedido de desculpas, mas também exige um pedido de desculpas a si, porque foi abordado como se andasse a perseguir alguém, o que não é verdade, pois nunca perseguiu ninguém.
O assunto relativo ao cemitério de Casal Galego foi muito falado na altura (fins de 2009 e início de 2010), tanto nos jornais como em toda a cidade, até porque o preço da concessão das sepulturas passou para 1.000€. Houve pedidos de pagamento em prestações e lembra-se de ter assinado muitos alvarás, e por isso não compreende como é que uma pessoa responsável e tão atenta não se tenha apercebido desta situação. No seu entender o pedido de desculpas tem que ser recíproco, e duvida que a Chefe de Divisão tenha tido o comportamento que é descrito.
- ⇒ IMI – o que propôs já é o mínimo, contudo vai ser analisada esta possibilidade, que a ser viável só para 2016.
- ⇒ GAM – existem situações conjunturais neste serviço que dificultam um melhor atendimento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- ⇒ Biblioteca – o Vereador já informou que vai ver o que se passou.
- ⇒ Posto de Turismo – é assegurado por uma funcionária que entretanto se irá embora, porque o Turismo de Portugal não assume a responsabilidade.
- ⇒ Chefe da DCD – reconhece que está a decorrer um processo, haverá o direito à defesa e depois logo dará mais informações, uma vez que a responsabilidade da gestão dos recursos humanos é sua.
- O **Sr. Vereador António Santos** perguntou se pode saber quais são os fundamentos
- O **Sr. Presidente** informou que por agora não diz mais nada sobre o assunto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2014

01 - Presente a ata n.º 29, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de dezembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2014

02 - Presente a ata n.º 30, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de dezembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1937/14, DATADO DE 19/12/2014 – PC N.º 441/14, DATADO DE 19/12/2014
– CARLOS MANUEL VARGES PINTO e MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES

03 - Presente requerimento n.º 1937/14, datado de 2014/12/19, constante do processo camarário n.º 441/14, subscrito por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531, e **MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**, com o NIF 216914523, residentes em Joanesburgo, Africa do Sul, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores de Picassinós, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.307, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5.867.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores de Picassinós, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.307, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5.867, com o número de processo 441/14, com data de entrada em 2014/12/19, apresentado por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531, e **MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**, com o NIF 216914523, residentes em Joanesburgo, Africa do Sul, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do já citado art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1863/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 307/14, DATADO DE 10/09/2014
– MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

04 - Presente requerimento n.º 1863/14, datado de 2014/12/04, constante do processo camarário n.º 307/14, subscrito por **MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**, com o NIF 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11.747, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação*”, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 11.747, com o número de processo 307/14, com data de entrada em 2014/09/10, apresentado por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Travessa do Valverde, com a largura mínima de 1,60m e alinhamento definido por forma a garantir o afastamento de 3,25m ao eixo da referida Travessa. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
- 2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1866/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 133/14, DATADO DE 29/04/2014 – MÁRIO RUI BARREIROS

05 - Presentes requerimentos n.º 599/14 e n.º 1866/14, registados em 2014/04/29 e 2014/12/04, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 133/14, referente ao **licenciamento da obra construção de telheiro (legalização) e sua ampliação e licenciamento (legalização) de muros de vedação**, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 27, lugar e freguesia

de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 3.638 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.112, apresentado por **MÁRIO RUI BARREIROS**, com o NIF 157637379, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presentes projetos de estabilidade e de redes de drenagem de águas residuais e pluviais, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presentes aditamento ao projeto de arquitetura e Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – para a construção de muro e telheiro na rua da Marinha Grande, n.º 27, com o n.º A014206.2014.RH4, com início em 2014/11/07 e termo em 2016/11/07, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, apresentados em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico, datado de 2014/05/14, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente parecer técnico, datado de 2014/12/21, que atesta estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

A Câmara Municipal depois de analisar os elementos apresentados em sede de audiência prévia – aditamento ao projeto de arquitetura e autorização de utilização dos recursos hídricos - por MÁRIO RUI BARREIROS, com o NIF 157637379, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres técnicos, datados de 2014/05/14 e de 2014/12/21, e considerando que a Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – para a construção de muro e telheiro na Rua da Marinha Grande, n.º 27, com o n.º A014206.2014.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, colmata as deficiências apontadas ao projeto de arquitetura, delibera nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (RJUE), DEFERIR o pedido de licenciamento da obra construção de telheiro (legalização) e sua ampliação e licenciamento (legalização) de muros de vedação, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 27, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 3.638 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3112, propriedade do interessado.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação do licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando, para o efeito, os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1915/14, DATADO DE 26/12/2014 – PC N.º 19/14, DATADO DE 21/01/2014 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

06 - Presente pedido com o registo n.º 1915/14, datado de 16/12/2014 relativo a **pedido de emissão de certidão de constituição de propriedade horizontal**, sobre o edifício sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.123, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 10.285, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 19/14, de 21/01/2014, cuja arquitectura foi aprovada em reunião de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, apresentado por **MÁRIO FELISMINO GASPAR**, com o NIF 105 262 676, residente na Rua da Salgueira, n.º 23, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente parecer técnico datado de 05/01/2015 que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao regime de propriedade horizontal.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

Deferir e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao regime de propriedade horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1687/14, DATADO DE 04/11/2014 – PC N.º 388/14, DATADO DE 04/11/2014 – ANABELA PEREIRA COELHO

07 - Presente requerimento n.º 1687/14, datado de 2014/11/04, constante do processo camarário n.º 388/14, subscrito por **ANABELA PEREIRA COELHO**, com residência na Rua 25 de Abril, n.º 1B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar informação prévia relativa à viabilidade de “*Alteração de uso de edifício comercial para edifício misto com acréscimo de área a legalizar*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Civil de Marinha Grande sob o n.º 712 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5632-P.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/19.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico constante do processo, a Câmara delibera informar ser INVIÁVEL a pretensão requerida, visto que, num eventual pedido de licenciamento a apresentar nos termos propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar norma legal e regulamentar aplicável, nomeadamente o n.º 2 do art. 68.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao prever a constituição de tipologia T3 sem dispor de uma área para instalações sanitárias subdividida em dois espaços com acesso independente.

Nos termos do n.º 4 do art. 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, informar-se o requerente que a pretensão em causa poderá vir a reunir condições de viabilidade, caso venha a garantir o cumprimento do n.º 2 do art. 68.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, prevendo a constituição da habitação de tipologia T3, com uma área para instalações sanitárias subdividida em dois espaços com acessos independentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1957/14, DATADO DE 26/12/2014 – PC N.º 444/14, DATADO DE 26/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

08 - Presente pedido de ocupação da via pública, com a entrada n.º E/8954/2014, datada de 30/10/2014, a que corresponde o registo n.º 1957/14, datado de 26/12/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Álvaro Cunhal, n.º 47, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 02/04/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Álvaro Cunhal, n.º 47, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1975/14, DATADO DE 31/12/2014— PC N.º 448/14, DATADO DE 31/12/2014 — LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

09 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 1975/14, datado de 31/12/2014, a que corresponde a entrada n.º E/9679/2014, datada de 21/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 16,50 metros de betuminoso 4,00 metros de calçada e 3,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em diversas Ruas do concelho, designadamente Rua 13 de Maio, n.º 3 (Amieirinha), Bairro Mariano, n.º 13, e Rua 1.º de janeiro, n.ºs 1, 3, 7, 19, 21, 23 e 27 (Amieirinha), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/12/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 16,50 metros de betuminoso 4,00 metros de calçada e 3,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em diversas Ruas do concelho, designadamente Rua 13 de Maio, n.º 3 (Amieirinha), Bairro Mariano, n.º 13, e Rua 1.º de janeiro, n.ºs 1, 3, 7, 19, 21, 23 e 27 (Amieirinha), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1976/14, DATADO DE 31/12/2014 – PC N.º 449/14, DATADO DE 31/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

10 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 1976/14, datado de 31/12/2014, a que corresponde a entrada n.º E/9674/2014, datada de 21/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,50 metros de betuminoso 9,50 metros de calçada e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 42, n.º 1, n.º 3A, n.º 3B, n.º 5A, n.º 7, n.º 7B, n.º 11, n.º 17, n.º 19, n.º 25, n.º 33 e lote 3, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/12/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de em 3,50 metros de betuminoso 9,50 metros de calçada e 1,00 metro de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 42, n.º 1, n.º 3ª, n.º 3B, n.º 5ª, n.º 7, n.º 7B, n.º 11, n.º 17, n.º 19, n.º 25, n.º 33 e lote 3, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1977/14, DATADO DE 31/12/2014 – PC N.º 449/14, DATADO DE 31/12/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

11 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 1977/14, datado de 31/12/2014, a que corresponde a entrada n.º E/9672/2014, datada de 21/11/2014, apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 15,50 metros de betuminoso e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na **Rua 1.º de Maio, n.º 1, n.º 2, n.º 11 e n.º 19**, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/12/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 15,50 metros de betuminoso e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Maio, n.º 1, n.º 2, n.º 11 e n.º 19, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - E/9401/2014 – ENVIO DE INFORMAÇÃO RELATIVA À RECLAMAÇÃO APRESENTADA PELO MUNÍCIPE SR. PEDRO ROSÁRIO SOBRE O RESTAURANTE MONTE GRANDE, SITO NA RUA DO FAGUNDO – MARINHA GRANDE

12 - Presente informação da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, relativa à denúncia/reclamação contra o estabelecimento denominado restaurante Monte Grande, registado sob o numero E/9401/2014, de 13/11/2014.

Presente parecer interno da Divisão Jurídica e de Contratação datado de 19/11/2014, decorrente da apreciação do conteúdo da referida reclamação.

Presente parecer interno com o registo de entrada n.º I/5/2015, datado de 05/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria para verificação da conformidade do edifício sito na Rua do Fagundo, Albergaria, onde está instalado o estabelecimento de restauração e bebidas, denominado Restaurante Monte

Grande, cuja entidade exploradora é Quinta do Monte Grande, Lda., com sede em Travessa da Zona Industrial, n.º 128, Bloco 1, 3100-842 Meirinhas, ao abrigo do previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04. e nos artigos 94.º e 96.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

A Câmara Municipal analisou as referidas informações e, nos termos do nº 1 do artigo 90.º e nº 2 do artigo 96.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Fagundo, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja entidade exploradora é Quinta do Monte Grande, Lda., com sede em Travessa da Zona Industrial, n.º 128, Bloco 1, 3100-842 Meirinhas, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Jorge Junqueira
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

INFORMAR a entidade exploradora do estabelecimento que, nos termos do nº 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

NOTIFICAR a entidade exploradora do estabelecimento que deverá apresentar à Comissão de Vistorias os certificados de adequação de todos os equipamentos em funcionamento no estabelecimento.

SOLICITAR a colaboração, para a realização de vistoria conjunta, das entidades ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e ACES Pinhal Litoral II, no sentido de indicarem os peritos a integrar a Comissão de Vistorias, para verificação das matérias no âmbito das competências de cada uma das mencionadas entidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - E/6498/2013, DE 23/08/2013 - JÚLIO LETRA TOMAZ - PROJETO DE INDEFERIMENTO DE PEDIDO PARA RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE PRÉDIO - AUDIÊNCIA PRÉVIA

13 - Presente requerimento n.º 6498, datado de 23-08-2013, apresentado por Júlio Letra Tomaz, residente na Travessa do Emigrante, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande em que solicita, na qualidade de cabeça de casal da herança de seus pais, Silvério Letra Tomaz e Idalina Letra Malaquias, a passagem de uma certidão comprovativa de que o prédio urbano sito na Rua das Gaivotas, n.º 13, na Praia da Vieira tem uma superfície total de 75 m2 e não de 57 m2, conforme escritura celebrada ente o Município da Marinha Grande e Silvério Letra Tomaz, em 25-01-1993.

Presente informação jurídica datada de 17-12-2014 que analisou o pedido e que propõe o seu indeferimento por não ter ficado comprovado que a área constante da escritura pública é incorreta.

A Câmara Municipal analisou o referido pedido, bem como a informação jurídica que se debruçou sobre o mesmo e,

- Considerando que a escritura de compra e venda, n.º 2/93 celebrada em 25-01-1993, entre o Município da Marinha Grande e Silvério Letra Tomaz, se destinou a regularizar a ocupação de uma parcela de terreno com 57 m2 na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;
- Considerando que essa parcela de terreno integrava um prédio único, propriedade do Estado, que foi cedido ao Município da Marinha Grande através do Decreto-Lei n.º 36 887, de 28 de maio de 1948, a título gratuito e definitivo, de modo a que fossem regularizadas as diversas situações de ocupação de terrenos naquela praia que vinha crescendo de forma desorganizada;
- Considerando que os pedidos de regularização do terreno, apresentados por Silvério Letra Tomaz, pai do requerente e cabeça de casal, referiram sempre que o terreno em causa possuía 57m2, área confirmada, na altura pelos serviços municipais de topografia;
- Considerando que a invocação da existência de uma divergência na área constante do título, e a que na realidade o prédio possui, obriga à declaração, por parte dos confinantes, de que não ocorreu alteração na configuração do mesmo, comprovando-se assim que os limites daquele não se expandiram sobre o dos vizinhos;
- Considerando que um dos confinantes se negou a prestar esse tipo de declaração;
- Considerando que apesar de a medição ter sido novamente efetuada pelos serviços camarários e estes terem verificado que atualmente o prédio tem 76,6 m2, a falta de declaração dos confinantes, em como não houve alteração da configuração do prédio, não permite atender ao pedido apresentado pelo requerente,

Delibera notificar o interessado, Júlio Letra Tomaz, residente na Travessa do Emigrante, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA – por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da

notificação da presente deliberação, sobre a intenção de indeferir o seu pedido, em que solicita, na qualidade de cabeça de casal da herança de seus pais, Silvério Letra Tomaz e Idalina Letra Malaquias, a passagem de uma certidão comprovativa de que o prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 45, sito na Rua das Gaivotas, n.º 13, na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, tem uma superfície total de 75 m2 e não de 57 m2, como figura na respetiva escritura de compra e venda celebrada a 25-01-1993, por não ter ficado comprovado, face aos elementos instrutores do processo e aos constantes do maço de documentos da referida escritura, que essa área é incorreta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - DESPACHO N.º 10/2015 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA.

Para os devidos efeitos, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 10/2015, de 5 de janeiro, designei para exercer as funções de adjunto do meu gabinete de apoio, o licenciado Nélson José Nunes Araújo, por lhe reconhecer competência e confiança política para o desempenho do cargo.

A Câmara tomou conhecimento.

16 - APROVAÇÃO DA MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PLURIANUAIS

Durante a apreciação deste ponto da ordem do dia registaram-se algumas intervenções.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que ao ver agendado este ponto pensou tratar-se de um plano estratégico de longo prazo para o concelho, uma vez que aquilo que está aqui em apreciação já está expresso no Plano de Atividades, parecendo-lhe por isso que a lei foi cumprida, daí que tenha questionado se havia necessidade de o assunto vir novamente à reunião da Câmara.

O **Sr. Presidente** informou que o assunto tem que vir objetivamente à reunião da Câmara Municipal, para depois serem fixados os objectivos às Divisões e aos seus trabalhadores.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende a obrigatoriedade da lei para este documento, mas parece-lhe que os objetivos estratégicos plurianuais deviam ser definidos antes do PPI e do PPA. Não se revê neste plano estratégico plurianual porque aquilo que aqui está definido são ações.

O **Sr. Vereador António Santos** compreende que está em causa o processo de avaliação de desempenho, é legal, por isso não tem comentários a fazer.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** sugeriu que no futuro este documento seja melhorado, com a introdução da definição dos indicadores de medida e do sistema de medição.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** concorda com algumas apreciações, mas parece-lhe que há uma grande confusão com os conceitos de missão, visão e objetivos, porque nem todos estão a falar a mesma linguagem. O que está em apreciação é um trabalho que tem exclusivamente a ver com o SIADAP. Concorda com o Vereador Aurélio Ferreira, porque julga que se deveria fazer algo mais, que tivesse como pano de fundo a agenda 21, embora esta esteja desatualizada, e até deveria ser feito com uma empresa externa, porque têm experiência em termos de definição de estratégia.

Terminadas as intervenções, foi posta a votação a seguinte proposta:

14 - O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho da Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, adaptado aos serviços da administração autárquica pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, articula-se com o sistema de planeamento de cada entidade, constituindo um instrumento de avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais determinados pelo órgão executivo e dos objetivos anuais e planos de atividades, baseado em indicadores de medida dos resultados a obter pelas unidades orgânicas, no termos do artigo 4.º deste último diploma.

Os objetivos estratégicos plurianuais devem concretizar-se em objetivos de eficácia, eficiência e qualidade para possibilitarem a fixação de parâmetros de avaliação dos serviços, conforme estatui o artigo 8.º do referido Decreto Regulamentar.

Considerando que é a partir da Missão e Visão, a primeira, enquanto propósito fundamental e identidade da organização, e a segunda, enquanto desejo para o futuro, que se deverá definir um conjunto de objetivos estratégicos que concentrem a atenção nas questões críticas e fundamentais da organização, em prol da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A Câmara Municipal, delibera nos termos do artigo 4.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro e aprovar a Missão, a Visão e os Objetivos Estratégicos Plurianuais infra.

Missão

Promover a qualidade de vida no município, mediante a adoção de políticas públicas assentes na gestão sustentável dos recursos disponíveis e na aposta de um serviço público de excelência.

Visão

Marinha Grande, um território de inovação que aposta na melhoria evidente da qualidade de todos os serviços que presta.

Objetivos Estratégicos Plurianuais

- Consolidar o concelho enquanto centro económico empreendedor e dinâmico.
- Garantir a qualidade da água e aumentar a cobertura das redes de águas e saneamento.
- Aumentar a eficiência energética das infraestruturas públicas.
- Construir/remodelar infraestruturas viárias.
- Reforçar a rede de infraestruturas sociais.
- Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território.
- Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência.
- Valorizar a oferta cultural, desportiva e recreativa.
- Incrementar medidas de apoio à dinamização da ação social, terceira idade, e fomentar a salutar convivência da juventude.
- Promover a implementação de medidas conducentes ao aumento da qualidade educativa concelhia e à melhoria do sucesso educativo.
- Elevar a qualidade do serviço público prestado.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Seria necessário um estudo aprofundado e abrangente sobre a realidade da nossa terra para que de uma forma séria e credível se definisse a missão, a visão e a estratégia para a Marinha Grande. O trabalho realizado há uns anos denominado Agenda XXI, apesar de necessitar de ser actualizado, é um exemplo interessante de um plano estratégico plurianual.

Não percebo como é possível apresentar neste momento, em meia dúzia de linhas avulsas, aquilo a que chamam “MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PLURIANUAIS” para o nosso concelho, quando recentemente se aprovou o orçamento e o PPI, sem que previamente tenha sido apresentado e discutido o plano estratégico. Além da falta de conteúdo e coerência, foi subvertida a lógica que poderia fundamentar a tomada deste tipo de decisões.

Para ilustrar a ausência de fio condutor estratégico, posso referir que a 20 de Março de 2014 o Sr. Presidente disse ao Jornal de Leiria “A minha visão para o futuro é a de um concelho mais solidário”. Estranhamente, no documento hoje apresentado a visão já é outra.

Também no ano passado o executivo permanente empenhou-se em demonstrar que a Marinha Grande é “o centro da engenharia e design”, sendo o conceito apresentado como a nova visão para o nosso concelho. No entanto, apresentam-nos hoje novos desígnios em que estes conceitos não são claramente expressos. Em que ficamos?

Por entender que esta proposta de deliberação não reflecte os objectivos estratégicos plurianuais para a Marinha Grande e ser um papel que apenas serve para dar a ideia que se está a cumprir a lei, voto contra esta proposta."

17 - ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2015.

15 - O n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe que o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- Encargos relativos a remunerações;
- Encargos relativos aos postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja o recrutamento;
- Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- Encargos relativos a prémios de desempenho.

O seu n.º 2 preceitua que compete ao dirigente máximo do órgão ou serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos. A decisão deve ser tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, devendo discriminar as verbas afetas a cada tipo de encargos, nos termos do n.º 3.

Por seu turno, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na LTFP, conforme se infere do n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos, prescreve que os orçamentos das autarquias locais preveem verbas destinadas a suportar os encargos previstos no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (atualmente, o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP).

Nos termos do n.º 2 do citado artigo 5.º, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, e, ou;
- b) Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores.

Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o órgão executivo fixa fundamentadamente, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.

Igual procedimento se aplica à atribuição dos prémios de desempenho, por força do n.º 1 do artigo 13.º do mesmo diploma.

Porém, e atendendo a que nos termos do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), durante o ano de 2015, mantém-se em vigor a proibição das valorizações remuneratórias, não pode o órgão executivo fixar quaisquer verbas para o tipo de encargos identificado na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009.

No que respeita ao encargo previsto na alínea c) e atendendo ao regime em vigor no n.º 1 do artigo 39.º da LOE 2015, podem ser atribuídos, com caráter excecional, prémios de desempenho, com limite de 2% dos trabalhadores do serviço, tendo como referência a última avaliação de desempenho efetuada, desde que não haja aumento global da despesa com pessoal. Considerando que a implementação do sistema de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores ainda não atingiu o seu expoente máximo no que respeita às condições ótimas de aplicação e diferenciação de desempenhos, somos de opinião que, ainda que a lei permita abertura para a criação desta despesa, não estão reunidas na autarquia todas as condições para o efeito.

Do exposto resulta que, atualmente, cabe ao órgão executivo decidir apenas sobre o montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado para 2015 e à atribuição excecional de prémios de desempenho. No que a este último encargo respeita, entendemos que não deverá ser afeta qualquer verba, pela fundamentação já apresentada.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 7.º e artigo 13.º, todos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º da LOE 2015, delibere aprovar o seguinte:

1. A afetação de 41.644,00€ (quarenta e um mil seiscientos e quarenta e quatro euros) para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado:

Modalidade de relação jurídica de emprego público	U.O	Categoria	N.º de postos de trabalho	Despesa
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	DAM (Divisão de Administração e Modernização)	Assistente operacional	1	5.761,00€
	DISU (Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos)	Assistente operacional	6	35.883,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

2. A não afetação de qualquer verba para alteração do posicionamento remuneratório, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 38.º da LOE 2015;
3. A não afetação de qualquer verba para atribuição de prémios de desempenho, pelos motivos expressos em supra;
4. Tornar pública a presente deliberação, por afixação no Edifício dos Paços do Concelho e publicitação na página eletrónica do Município.

Após análise, a Câmara delibera aprovar a proposta constante dos pontos 1 a 4.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA AS COMEMORAÇÕES DO 81.º ANIVERSÁRIO DO MOVIMENTO OPERÁRIO DO 18 DE JANEIRO DE 1934 E AINDA PELA EMISSÃO DE PARECER PARA A UTILIZAÇÃO DE FOGO DE ARTIFÍCIO OU OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS

16 - O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para as comemorações do 18 de janeiro de 1934;
- Emissão de parecer para a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, cujo lançamento, integrado nas referidas comemorações, ocorrerá no Parque Municipal de Exposições.

Presente informação nº 01/AF de 07 de janeiro de 2015, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as entidades públicas ou privadas relativamente às atividades culturais, recreativas, sociais ou desportivas desenvolvidas em parceria com o Município da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea g) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído e emissão de parecer para a utilização de fogo-de-artifício, por se tratar de uma atividade a realizar em parceria com o Município.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

17 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LPCA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LPCA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LPCA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente se consubstancia na assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 1.375.489,58 euros, por antecipação da receita proveniente da participação variável no IRS, do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação a arrecadar no decorrer do ano de 2015, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA N.º 560, DATADA DE 3/07/2014, RELATIVA À “ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012”.

Durante a apreciação deste ponto da ordem do dia registaram-se algumas intervenções.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lamentou o arrastar do processo ao longo do tempo e a falta de fiscalização e decisão da Câmara logo que a entidade entrou em incumprimento.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que o assunto lhe causa desconforto e que na sua opinião deveria ter sido resolvido no executivo anterior. Esta instituição tem uma ação meritória em termos de apoio social, especialmente na área da toxicodependência, e por isso merecedora do apoio da Câmara, no entanto não se lhe pode permitir o não cumprimento da lei ou a eventual utilização indevida dos apoios. Está desconfortável, porque se por um lado não se deve deixar de cumprir a lei, por outro lado deve-se apoiar a instituição, e teme que esta decisão de hoje possa contribuir para a extinção da associação.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que tal como disse na altura em que a instituição esteve presente na reunião, tem que haver colaboração da Câmara mas também da parte da instituição, porque o dinheiro é público, é de todos nós, e tem que haver o cumprimento do princípio da legalidade e da juridicidade.

Terminadas as intervenções, foi posta a votação a seguinte proposta:

18 - Considerando o teor da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012, que aqui se dá por reproduzida, através do qual foi deliberado atribuir à Associação Novo Olhar II, um subsídio no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), para fazer face às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário Porta Azul;

Considerando que, nos termos da referida deliberação, a entidade em causa deveria, obrigatoriamente evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluísse esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013;

Considerando o teor da deliberação camarária n.º 560, datada de 3 de julho de 2014, relativa à “Alteração da deliberação de 13 de dezembro de 2012”, que se dá por reproduzida;

Considerando a informação n.º 16/2014 Divisão Financeira e Tecnologias da Informação, de 1 de outubro de 2014, para efeitos de submissão da referida deliberação n.º 560, de 3 de julho de 2014, a apreciação jurídica;

Considerando o teor do parecer jurídico, datado de 3 de novembro de 2014, da Divisão Jurídica e de Comunicação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e fica anexo (**Anexo 4**), no qual foram evidenciados os motivos que suportam a ilegalidade da deliberação de 3 de julho de 2014;

Considerando que a deliberação n.º 560, de 3 de julho de 2014 é inválida e anulável por estar inquinada do vício de violação de lei (dos artigos 8.º, 1, e 17.º, n.º 2, ambos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra) e do vício de forma (por falta de fundamentação da solução distinta de casos análogos e precedentes que a justificassem);

A Câmara Municipal delibera notificar a Associação Novo Olhar II, NIPC 510 280 013, para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, sobre a sua intenção de:

- a) Revogar a deliberação n.º 560, relativa à “Alteração da deliberação de 13 de dezembro de 2012”, com fundamento na sua invalidade, decorrente da violação dos artigos 8.º, n.º 1 e 17, n.º 2 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, ao abrigo dos artigos 138.º, n.º 1. 1.ª parte, 141.º, 142.º, n.º 1, 143.º e 145.º, n.º 2, todos do Código do Procedimento Administrativo;
- b) Determinar a reposição do apoio financeiro atribuído no ano de 2012, de 15.000,00€ (quinze mil euros), por não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário Porta Azul desse mesmo ano de 2012, em cumprimento do disposto no artigo 17.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Neste processo do subsídio atribuído à Associação Novo Olhar II, que remonta a 2012, no âmbito do trabalho desenvolvido no Centro Socio Sanitário Porta Azul, existem responsabilidades que têm de ser assumidas.

Concordo, na generalidade, com a proposta de deliberação apresentada pelo executivo, considerando os fundamentos invocados no/s parecer/es jurídico/s que a sustenta e os documentos que me foram disponibilizados. Para além disso, a deliberação vai no sentido da instituição poder vir a uma audiência prévia apresentar os seus argumentos.

Registo o lamento pelo facto de o executivo ter deixado arrastar o processo ao limite a que chegou, designadamente:

a) pelo facto de o executivo permanente uma vez mais vir propor a este órgão a revogação de uma deliberação inválida e anulável, que apresenta dois vícios, o de violação de lei e de forma,

b) por determinar a reposição do apoio financeiro atribuído no ano de 2012, de 15.000,00€ (quinze mil euros), a uma instituição particular de solidariedade que faz um trabalho extraordinário no apoio à problemática da toxicodependência e prostituição.

É inconcebível que um processo de 2012, tenha chegado a 2015 sem a sua conclusão. Se, como é referido no parecer jurídico, a camara tem cumprido a sua missão de controle e fiscalização no dia 1 de Abril de 2013, este assunto teria ficado solucionado com os intervenientes que participaram neste processo. Não acontecendo a conclusão deste processo, por incompetência da camara, fez com que tenhamos arrastado o processo ate 3/7/2014, aquando o executivo permanente resolve apresentar uma solução invalida.

Esta situação revela uma desconsideração pela instituição, uma condução do processo pouco rigorosa, uma descoordenação dos serviços e dos pelouros, uma atribuição de

apoios completamente desorganizada, que se sucede no último mês do ano a que respeita, o que é completamente anacrónico, enfim... é mais um processo que revela a forma de trabalhar deste executivo.

Por outro lado, a Associação Novo Olhar II, ao ver adiada a conclusão deste processo de 2012, viu-se impossibilitada de receber qualquer subsídio em 2013 e 2014.

Sem prejuízo da decisão deste órgão, referente ao processo em apreço e, tendo em conta que Associação Novo Olhar II é uma instituição reconhecida publicamente pelo trabalho que desenvolve na área social, considero que o Município deverá estar disponível para ajudar a estruturar uma proposta de apoio, enquadrável legalmente, para os projectos que esta instituição desenvolve, minimizando o impacto que todo este processo causou na Associação, e criar os mecanismos facilitadores para que a instituição cumpra a deliberação de acordo com a sua disponibilidade financeira. O apoio a uma instituição de solidariedade social tem que ter características diferentes daquele que é disponibilizado a uma associação que não tenha este estatuto e, nesta matéria, a administração tem a obrigação de criar os mecanismos legais que sustentem o apoio em matéria de acção social e não num enquadramento associativo."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente a proposta que esteve presente com base nos fundamentos expressos, nomeadamente no parecer jurídico que se anexou.

Durante muito tempo procurei encontrar uma solução diferente daquela que foi tomada, tal não foi possível e sou o primeiro a lamentar tal facto.

Não está em causa a atribuição ou não atribuição de qualquer subsídio, o que está em causa é o cumprimento rigoroso da legalidade e o uso dos dinheiros públicos.

Não faço desta questão mais uma jornada de pré-campanha eleitoral. Esta é uma situação que me dói ao ser tomada e que na minha opinião vai muito além de simples declarações com intuitos meramente demagógicos e eleitoralistas.

Neste sentido, e tendo em consideração a declaração de voto do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, nomeadamente no que concerne às propostas de solução, manifesto a minha incapacidade para resolver o assunto doutra forma e solicito ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira o favor de nos transmitir a solução como propôs. Espero que desta vez a resposta não seja como uma dada anteriormente, em que, passo a citar, "não dá a solução porque não é membro do executivo permanente".

Em política efetivamente não vale tudo, e neste caso muito concreto, a demagogia poderia ter ficado guardada para outras ocasiões mais propícias."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira e declarou o seguinte:

"Lamento profundamente o facto de o Sr. Vereador Aurélio Ferreira tentar fazer baixa política usando para o efeito uma associação de solidariedade social."

21 - RESUMO DE TESOURARIA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/01/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de dezembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **6.460.281,50 €** (seis milhões, quatrocentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de cumprida a ordem do dia, foi recebida na reunião da Câmara Municipal a visita do grupo coral da **ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos**, que cantou as janeiras, desejando ao executivo um próspero ano de 2015 e disponibilizando-se para colaborar nas iniciativas a levar a cabo pelo Município.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira e o Sr. Presidente** agradeceram a visita e as palavras proferidas, e informaram a Associação que poderá sempre contar com o apoio da Câmara Municipal e que pretendem retribuir esta visita.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

19 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião